



## **PROCESSO LEGISLATIVO Nº 109373/2025**

### **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO LEGISLATIVO Nº 13/2025**

**EMENTA:** “Dispõe sobre a criação do programa “ATLETA SAUDÁVEL” para atendimento dos atletas que representam o Município de Araucária em competições oficiais e dá outras providências”.

**INICIATIVA:** Vereador Vilson Cordeiro

### **PARECER Nº 241/2025**

#### **I – DO RELATÓRIO**

O Vereador Vilson Cordeiro, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, apresenta o Projeto de Lei em epígrafe, que dispõe sobre a criação do programa “ATLETA SAUDÁVEL” para atendimento dos atletas que representam o Município de Araucária em competições oficiais e dá outras providências.

O projeto vem acompanhado da justificativa, na qual diz em que:

“A prática esportiva regular traz inúmeros benefícios para a saúde e bem-estar dos indivíduos. No entanto, o treinamento intenso e a participação em competições expõem os atletas a um maior risco de lesões musculoesqueléticas.

A Constituição Federal, em seu art. 217, assegura a todos o direito à prática esportiva formal e não formal, sendo dever do Poder Público fomentar o desporto como forma de promoção da qualidade de vida e inclusão social. O dispositivo estabelece, ainda, que o desporto é direito de cada um e que cabe ao Estado incentivar as manifestações desportivas, especialmente aquelas de caráter educativo.

Além disso, o art. 196 da Constituição Federal dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo-se mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção,





proteção e recuperação. Tal princípio fundamenta a criação de programas municipais específicos de saúde voltados a segmentos da população que desempenham função pública de representação do município, como é o caso dos atletas.

O art. 23, II, da Constituição Federal também prevê competência comum da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde e assistência pública. Da mesma forma, o art. 30, I e II, confere aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber, legitimando a criação de programas de apoio aos atletas municipais.

Ainda, o art. 37, caput, da Constituição Federal impõe à Administração Pública a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A criação do Programa “Atleta Saudável” e a contratação de profissionais especializados, como o Médico Ortopedista Esportivo, estão alinhadas a esses princípios, na medida em que representam a aplicação eficiente de recursos públicos em políticas que trazem benefícios concretos e mensuráveis à coletividade.

No âmbito infraconstitucional, a Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), em seu art. 2º, §1º, estabelece que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos, bem como no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação. O Programa “Atleta Saudável” está em plena consonância com tais diretrizes.

No contexto do desporto, a Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), em seu art. 3º, determina que o Poder Público incentivará as práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, visando à promoção da saúde e à integração social. O art. 4º da mesma lei estabelece princípios para a prática desportiva, incluindo a promoção da saúde e a prevenção de lesões.





O Município de Araucária, ao investir no esporte e incentivar a participação de seus atletas em diversas modalidades, assume a responsabilidade de oferecer suporte necessário para que esses representantes possam desempenhar seu potencial máximo com segurança e saúde. O Programa “Atleta Saudável” integra medidas preventivas, atendimento especializado e acompanhamento contínuo, minimizando riscos e fortalecendo a representatividade do município.

Ao oferecer esse suporte médico especializado, o município não só cuida da saúde de seus atletas, mas também contribui para Melhoria da performance esportiva: Atletas saudáveis e bem assistidos tendem a apresentar desempenho superior.

Redução do tempo de afastamento por lesões: Atendimento imediato e especializado minimiza períodos de inatividade.

Prevenção de lesões graves: Programas preventivos e acompanhamento contínuo reduzem ocorrências de maior gravidade.

Valorização do esporte local: Demonstra o compromisso da administração municipal com o desenvolvimento esportivo e a saúde dos praticantes.

Representatividade do Município: Atletas bem preparados elevam o nome de Araucária em competições regionais, estaduais e nacionais. Experiências em outros estados e municípios, como o Programa Atleta Cidadão em São José dos Campos/SP e iniciativas de Medicina Esportiva Municipal em cidades de Minas Gerais, comprovam que ações semelhantes resultam em melhor qualidade de vida aos atletas e maior projeção esportiva local.

Diante do exposto, este projeto de lei visa, portanto, suprir uma carência na rede de atendimento à saúde dos atletas municipais, garantindo que aqueles que dedicam seu tempo e esforço para representar Araucária tenham acesso a um serviço médico de excelência, fundamental para sua saúde e para o sucesso esportivo do município.”

Após breve relatório, segue análise jurídica do projeto, a qual se limita





a analisar sua viabilidade jurídica, cabendo ao Plenário e às Comissões a deliberação sobre o seu mérito.

## II – ANÁLISE JURÍDICA QUANTO A PROPOSIÇÃO DO PROJETO DE LEI

De início, cumpre salientar que a análise jurídica se limita a verificar os requisitos de viabilidade jurídica do Projeto, cabendo ao Plenário a deliberação sobre o mérito do projeto.

Além disso, destaca-se que, em relação às proposições legislativas, é competência da Comissão de Constituição e Redação, nos termos do art. 52, I, e do Regimento Interno, a análise dos “aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico, de técnica legislativa de todas as exceções proposições e elaboração da redação final.”

No mesmo sentido, o art. 54, caput, do Regimento interno expressamente dispõe:

“À Comissão de Justiça e Redação cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno”.

Pois bem. Consta na Constituição Federal, em seu art. 30, I, e posteriormente transcrito para a Lei Orgânica no art. 5º, I, de Araucária, que compete ao Município legislar sobre interesse local.

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I – legislar sobre assuntos de interesse local;*

*(...)”*

No que concerne à propositura do projeto de lei, está expressamente contido no art. 40, § 1º, “a”, da Lei Orgânica de Araucária, que os projetos de lei podem ser de autoria de Vereadores.

*Art. 40 O processo legislativo compreende a elaboração de:*





*§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:  
a) do Vereador;*

Em análise ao Projeto de Lei nº 13/2025, no entanto, verificamos que o seu art. 2º atribui função a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, vejamos:

*Art. 2º O Programa será coordenado pela **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**, em parceria com a **Secretaria Municipal de Saúde**, e observará as seguintes diretrizes.*

*(grifos nossos)*

Perceba-se que o presente projeto, por meio do referido dispositivo, se encontra em desconformidade com o art. 41, inciso V, da Lei Orgânica, uma vez que avança sobre a competência privativa do chefe do executivo, ao criar atribuições de secretaria e criar uma política pública.

*Art. 41. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de Projetos de Lei que:*

*(...)*

*V - criem e estruturem as atribuições e entidades da administração pública, direta e indireta.*

Atente-se, portanto, que o projeto em discussão, quando atribui função a entidades públicas, é **matéria que diz respeito à organização e funcionamento do Poder Executivo** e, por isso, **adentra na competência privativa do Poder Executivo**, consoante se estabelece por simetria à Constituição Estadual, em seu art. 66, inciso IV:

*Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua*





*remuneração;*

*(...)*

*IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.*

Resta clara invasão de competência do chefe do Executivo, uma vez que cabe ao Prefeito a iniciativa de Projeto de Lei que cria atribuições a entidades da administração pública, tal como as Secretarias indicadas no referido artigo 2º, da proposição. Desse modo, entende-se que o **projeto, neste ponto, incorre em vício formal de iniciativa.**

Junto a isso, entende-se por **inconstitucional** a expressão “*no prazo de até 90 (noventa) dias*”, prevista no artigo 5º da proposição. Isto porque, tanto o Supremo Tribunal Federal (ADI 4.727), quanto o Tribunal de Justiça do Paraná, já se manifestaram pela inconstitucionalidade de dispositivos de leis que estabelecem prazo específico para o Poder Executivo regulamentá-las, sob o fundamento da violação à separação dos poderes.

Por último, em caso de avanço do projeto de lei, insta observar que a presente proposição segue as determinações da Lei Federal Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sem prejuízo de, na redação final do projeto de lei a ser elaborado pela Comissão de Justiça e Redação, a Mesa proceder com a correção de erros de linguagem e de técnica legislativa, sem alteração de conteúdo, nos termos do art. 145, I, do Regimento Interno (Resolução nº 01 de 1993) desta Casa.

### III – DA CONCLUSÃO

Reconhecemos como relevantes e meritorias as razões que justificam a pretensão do Vereador. Porém, por todo o exposto, conclui-se que a matéria em análise é de iniciativa privativa do Prefeito, bem como não constam documentos





orçamentário-financeiros legalmente exigidos, razão pela qual se **OPINA** pelo **arquivamento do presente.**

Pode haver, por meio de **Indicação**, sugestão ao Chefe do Executivo para que realize estudo da matéria objeto desta proposição, nos termos do art. 123, caput, do Regimento Interno.

Diante de previsão regimental, especificamente o art. 52 e incisos do Regimento Interno, deve a proposição ser encaminhada às **Comissão de Justiça e Redação** e, caso não arquivada por esta, à **Comissão de Finanças e Orçamento**, que deverá solicitar ao Poder Executivo Municipal estudo de impacto orçamentário-financeiro decorrente de eventual implementação da lei aprovado, e, por último, à **Comissão de Saúde e Meio Ambiente**.

É o parecer.

Diretoria Jurídica, 18 de agosto de 2025.

**MILTON CÉSAR TOMBA DA ROCHA**  
**DIRETOR JURÍDICO**  
**MATRÍCULA 7423**  
**OAB/PR 46.984**

**WILLIAM GERALDO AZEVEDO**  
**ADVOGADO**  
**MATRÍCULA 2080**  
**OAB/PR 83.946**

**LETHICIA CAROLINA BATISTA CEOLIN**  
**ESTAGIÁRIA DE DIREITO**

